

# Questionamento sobre a preparação dos profissionais da Educação Física com relação à Educação Física especial ou adaptada

Edison Martins Miron\*

Maria da Piedade Resende da Costa\*\*

\* Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, SP.

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, SP.

e-mail: piedade@power.ufscar.br

## Resumo

O objetivo do presente estudo foi fazer alguns questionamentos sobre a formação do profissional da área de Educação Física da cidade de São Carlos e o nível de preparação que os mesmos vêm recebendo, com relação à Educação Física Especial ou Adaptada como forma de garantir a qualidade da atuação dos mesmos junto a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Os resultados obtidos indicaram que o simples fato da existência de uma disciplina em seu curso de formação que trata da Educação Física Especial ou Adaptada, não garante que o futuro profissional se sinta preparado para uma atuação segura junto aos portadores de necessidades educativas especiais.

## Palavras-chave

Educação Física Especial; preparação profissional; inclusão.

## Abstract

The aim of the present study was to question professional preparation in the area of Physical Education in the city of São Carlos and the level of preparation that they have been receiving, in relation to Special or Adapted Physical Education as a form of guaranteeing the quality of the performance of the teachers when with bearers of special educational needs. The obtained results indicated that the simple fact of the existence of a discipline in the course that handles Special Physical or Adapted Education does not guarantee that the future professional feels prepared for handling the situation for bearers of special educational needs.

## Key words

Special Physical Education; professional preparation; inclusion.

## Introdução

A Educação Física, não é de hoje, tem procurado encaminhar seus estudos na direção de apontar a importância desta disciplina, como fator favorecedor da integração de pessoas portadoras de necessidades especiais. Oliveira (1987) enfatiza este aspecto ressaltando que a educação física desenvolve potencialidades humanas, como processo individual e como fenômeno social, podendo ajudar o homem a estabelecer relações com o grupo a que pertence.

Os estudiosos clássicos da psicomotricidade como Picq; Vayer (1977), Lapierre (1986) e Le Boulch (1989) já ressaltavam que o exercício das atividades motoras executadas pelas crianças além de exercerem papel preponderante no seu desenvolvimento somático e funcional, estimulam e desenvolvem as suas funções psíquicas. Daí, a razão de ser da educação do corpo como instrumento e como fator de equilíbrio geral do organismo.

A Carta Internacional de Educação Física e Desportos, aprovada pela conferência da UNESCO, já em 1978, também ressaltava outro aspecto importante sobre o acesso efetivo de todos nas atividades da Educação Física:

[...] em consequência, o acesso de todo ser humano à Educação Física e aos desportos deve ser assegurado a todos. Os programas devem dar prioridade aos grupos menos favorecidos no seio da sociedade, e sua prática é indispensável na expansão da personalidade, intelectualidade e moral das pessoas, e garantido em todos os níveis (citado por Juncknen, Oliveira, Malta, 1987, p. 13).

Neste mesmo sentido, a Carta Internacional citada, procura dar definição sobre o nível dessa atividade, em seu artigo 2º:

A Educação Física e o Desporto, dimensões essenciais na Educação e Cultura, devem desenvolver em todo ser humano, as aptidões, a vontade e o domínio próprio e favorecer sua plena integração dentro da sociedade. A continuidade da atividade física e da prática dos desportos deve ser assegurada durante a vida, mediante uma educação global, permanente e democratizada (citado por Juncknen, Oliveira, Malta, 1987, p. 13).

Carmo (1985), no tocante a participação dos menos favorecidos nas atividades da Educação Física, faz uma importante observação:

Fica claro que os deficientes, sejam eles de qualquer classe ou grau, passam claramente pela seleção "natural" dos indivíduos. Nesta seleção natural dos indivíduos, logicamente os alunos pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, e que por acaso estão na escola, são sumariamente eliminados desta prática (Educação Física), uma vez que, em decorrência de suas condições econômicas e sociais, apresentam várias deficiências físico-orgânicas, como também anomalias que poderiam ser recuperáveis dentro da própria atividade físico-desportiva (Carmo, 1985, p. 42).

Mazotta (1982) defende que os portadores de necessidades especiais devem ser colocados frente às mesmas situações desenvolvidas pelas pessoas ditas "normais", tentando, assim, não aumentar os efeitos de sua limitação que podem se agravar com a segregação ou isolamento.

Mesmo com as mais variadas formas de tentativas de tornar possível uma educa-

ção inclusiva, por meio da Constituição Federal (Brasil, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N. 9394/96), da Conferência Mundial Sobre a Educação para Todos, da Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), entre outras, ainda hoje podemos notar que não conseguimos implantar um modelo adequado de escola/educação inclusiva (Verardi, 1993; Miron, 1995; Carvalho, 1997 e Costa, 1998).

Este fato pode ser confirmado em estudos como o de Carmo (2001) e Goffredo (1999), que mostra a discrepância entre a idealização e a efetiva mudança de consciência ou paradigma geral da sociedade. Não é mais possível admitir, nos dias de hoje, uma educação especial vista em separado da educação como um todo (Carmo, 2001).

Na Educação Física, vem sendo tema de importantes debates o papel da escola frente a este alunado. Parece ser quase unanimidade o fato de que a escola e os profissionais envolvidos neste processo devem se preparar para atuar com os alunos portadores de necessidades educativas especiais.

Na Educação Física, a inclusão de uma disciplina obrigatória que tratasse especificamente da Educação Física Especial ou Adaptada foi o primeiro passo para preparar os futuros professores.

Escobar (1985) já alertava em seu trabalho, os possíveis perigos da prática da Educação Física por alunos portadores de necessidades especiais quando não adaptadas às suas características próprias. Merece destaque sua preocupação com a necessidade da inclusão de informações re-

ferentes à população especial, nos currículos da graduação do curso de Educação Física, alertando sobre a existência de particularidades que cada deficiente possui, das quais o futuro professor deverá ter ciência, para que não se cometam erros que poderiam frustrar ainda mais essas pessoas.

Noronha (1974), outra estudiosa clássica da Educação Especial, também já mostrava sua preocupação na preparação do profissional que irá lidar com o portador de deficiência:

Consideramos essencial para uma pessoa que se dedique à educação de uma criança deficiente conhecer as etapas do desenvolvimento biopsicossocial dessa criança, o qual se processa com as características peculiares ao seu tipo de deficiência (p. 5).

A simples inclusão de uma disciplina no currículo do profissional da Educação Física, não garante uma atuação segura deste frente aos mais diferentes tipos de deficiência e suas implicações.

O ponto de vista que defendemos é que, além de cursar uma disciplina específica, o futuro profissional deverá participar de estágios práticos com a população especial como forma de garantir a ele uma atuação consciente e segura.

Esta pesquisa procurou verificar se a inclusão de uma disciplina específica para a clientela especial oferecida aos futuros professores de Educação Física está sendo eficaz para a sua prática, como forma de garantir uma atuação segura e consciente por parte deste profissional e qual a sua opinião sobre esta formação. Os dados referentes a esta indagação foram obtidos segundo a ótica do professor e do próprio aluno do curso de graduação de Educação Física.

## Método

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi um questionário elaborado visando levantar futuras discussões sobre a necessidade de complementar a formação específica na área de Educação Física Especial ou Adaptada, através da inclusão de estágios práticos envolvendo pessoas portadoras de necessidades especiais.

Os participantes, alunos e profissionais, que responderam ao questionário foram selecionados observando os seguintes critérios: a) ter participado, no seu curso, de uma disciplina específica para a clientela especial; e b) estar no último semestre de formação ou ter se formado a menos de dois anos. Estes critérios procuraram garantir que os dados obtidos demonstrassem uma realidade recente sobre a formação destes profissionais.

Para tanto foram propostas as seguintes questões:

- A formação obtida na graduação qualifica o profissional a atuar com uma população portadora de necessidades especiais?
- Que dificuldades poderá ter em sua atuação frente a clientela especial?
- Qual o referencial teórico utilizado para direcionar o trabalho?
- Em que nível existe o interesse dos profissionais envolvidos na área em questão?
- Existe o conhecimento sobre a legislação que inclui a pessoa portadora de necessidades especiais na rede regular de ensino?

Para melhor avaliar a validade do conteúdo e a clareza das perguntas, apli-

camos o questionário a três futuros profissionais de Educação Física. Este estudo piloto forneceu informações quanto à operacionalidade do instrumento.

A partir daí, o contato com os demais participantes foi feito por meio de alunos estagiários de Educação Física de um clube social existente na cidade de São Carlos, que preenchiam as questões formuladas anteriormente. O referido clube social foi o local onde as entrevistas foram realizadas.

Os professores responderam ao questionário individualmente, juntamente com o entrevistador que esclarecia possíveis dúvidas. Os comentários que ocorreram durante o tempo de contato entre o entrevistador e o entrevistado também foram anotados pelo entrevistador.

O presente estudo envolveu 12 professores ou futuros professores de Educação Física.

Do total dos profissionais envolvidos neste estudo, oito participantes eram do sexo feminino e quatro do sexo masculino, sendo que seis deles já estavam formados e seis em seu último semestre do curso. Todos os envolvidos encontravam-se na faixa etária dos 20 aos 30 anos.

Todos eles se formaram ou irão se formar em uma instituição pública e tiveram, no decorrer do seu curso, uma disciplina que tratava especificamente sobre portadores de necessidades especiais. Esta disciplina recebe o nome nesta instituição de Educação Física para Populações Especiais.

Dos participantes envolvidos apenas um do sexo feminino salientou ter participado de um seminário específico de Educação Especial. Entendemos que este é um

meio que o profissional tem para se qualificar em sua profissão. O interessante é que em comparação com outras áreas de atuação, podemos notar que todos os envolvidos já fizeram algum tipo de curso específico de outras modalidades, como ginástica, futebol, voleibol, preparação física, etc.

Todos os participantes tiveram durante a disciplina Educação Física para Populações Especiais uma vivência com pessoas portadoras de deficiência.

Um dado interessante é que quando questionados sobre qual assunto específico da Educação Física eles se sentiam mais seguros para atuarem, nenhum deles colocou a Educação Física Especial como uma delas. O que mais preocupa é que entre os assuntos colocados por eles, alguns que não estão entre as disciplinas oferecidas pelo curso, como karatê, capoeira, tênis, aparecem como resposta.

Dos participantes (oito deles) colocaram a Recreação como a área em que se consideraram mais seguros para atuar.

Quando questionados sobre como se consideravam para o trabalho com um aluno portador de algum tipo de deficiência, nenhum deles se sentia totalmente preparado e seguro. Supõe-se que o curso oferecido nesta disciplina pelo período de seis meses não foi suficiente para preparar o aluno no sentido de atuar frente a uma clientela especial. Este dado se confirma pelo fato de que a Educação Física Adaptada não aparece entre as áreas em que os mesmos se dizem seguros em atuar.

Para a questão que perguntava sobre algum contato com pessoas portadoras de necessidades educativas especiais

todos os participantes disseram ter tido contato com deficientes físicos e deficientes mentais e um deles também tinha tido contato com um aluno cego. Este contato aconteceu durante uma vivência oferecida na faculdade.

Todos os envolvidos também acreditam que para o aluno portador de alguma necessidade especial participar das aulas de Educação Física, ministradas nas diferentes instituições de ensino e lazer, as aulas precisariam ser adaptadas. Isto pode demonstrar talvez, um excesso de "zele" por parte dos profissionais que por desconhecimento ou medo, poderiam deixar de utilizar todo o potencial da pessoa portadora de alguma deficiência de maneira geral.

Os participantes ainda responderam sobre o seu conhecimento ou não a respeito da existência de uma legislação que garante o acesso ao ensino regular das pessoas portadoras de necessidades especiais. Todos os participantes responderam afirmativamente. Este fato mostra que todos estão conscientes da possibilidade de atuarem com uma clientela especial durante sua vida profissional.

Questionados sobre a sua participação em estágios na área de Educação Especial durante o período de curso ou após o mesmo, onze deles responderam negativamente. Apenas uma participante havia realizado um estágio no SESC São Carlos, por meio de um projeto desenvolvido por aquela instituição, que atende pessoas cegas.

Também quando questionados sobre a possibilidade de ser oferecido a eles um curso de especialização (360 horas) sobre vários assuntos relacionados com a sua

profissão, de dez opções oferecidas, cinco deles optaram em colocar a "Educação Especial" como no mínimo a quinta opção, sendo que sete deles deixariam a educação especial como a última opção. Isto mostra que a "Educação Especial" não é uma modalidade de atuação atraente para os futuros profissionais.

Embora todos eles reconheçam que o ensino regular seja o local adequado para alunos portadores de necessidades especiais, sete profissionais afirmam que a participação deste aluno nas aulas de Educação Física, como acontece nas escolas, acabaria "atrapalhando" o seu andamento. Cinco deles, embora também compartilhem desta idéia, optaram em responder que esta dificuldade acabaria enriquecendo o conteúdo das aulas.

Isto pode ser confirmado, pois quando questionados por meio de uma pergunta que simulava um tipo de deficiência em relação a uma atividade da Educação Física, havia quase sempre uma restrição, ou seja, segundo a grande maioria dos participantes (oito deles), um deficiente físico de cadeira de rodas teria inúmeras restrições em participar das aulas de Educação Física que hoje são ministradas nas escolas. Todos estes dados talvez demonstrem um "preconceito" sobre as possibilidades dos deficientes. Apenas uma participante respondeu que de maneira geral os deficientes podem participar de todas as atividades.

Um lado muito importante que apareceu no do questionário foi a respeito de alguns sentimentos que os mesmos dizem poder vir a sentir quando em contato com pessoas portadoras de deficiência. Nove de-

les dizem ter "muita dó", e também, medo de, durante as suas atuações, virem a prejudicar o aluno. Apenas três alunos responderam que os sentimentos seriam os mesmos que aparecem com a população dita normal. Isto nos leva a inferir que o pouco tempo que tiveram de contato com a disciplina não foi suficiente para deixá-los à vontade ou encorajados a lidar com esta população.

A única participante que teve a oportunidade ou interesse em estagiar com uma população especial (deficientes visuais), comentou que, no pouco contato que teve com estes alunos, mudou radicalmente sua visão sobre alunos deficientes, inclusive alguns sentimentos ou medos que anteriormente apareciam e que este interesse surgiu por motivos familiares (uma pessoa da família portador de cegueira).

## Conclusão

Uma grande vitória por parte dos profissionais e das instituições de prestação de serviços relacionados com a Educação Física, foi a inclusão de uma disciplina que trata exclusivamente da Educação Física Especial ou Adaptada. Tal fato garante ao futuro profissional adquirir conhecimentos importantes para a sua atuação frente a alunos portadores de alguma necessidade especial.

No desenvolver deste estudo procuramos levantar dados que pudessem ser relevantes na análise sobre até que ponto, a simples presença de uma disciplina específica no curso de Educação Física pode preparar o futuro professor para atuar fren-

te a uma população Especial.

Após a análise dos dados obtidos, podemos inferir que:

- a disciplina cursada pelos participantes não os levou, em sua maioria, a ter confiança em atuar com a clientela portadora de necessidades especiais;
- a formação dos profissionais de Educação Física envolvidos, mesmo com a inclusão no currículo do curso de uma disciplina específica, não garante a qualidade de sua futura atuação com esta clientela;
- diante disto, existe a necessidade destes mesmos alunos, durante a sua formação, em caráter obrigatório, atuarem 'praticamente' frente a populações especiais;
- os profissionais de Educação Física ao se formarem, caso venham a atuar frente a populações especiais, o farão por estarem inseridos no contexto sem, porém, se identificarem com a área;
- a Educação Física Adaptada ou Especial

só é atraente na maioria das vezes, a pessoas que por necessidade familiar acabam procurando cursos específicos na área;

- existe uma gama de preconceitos e sentimentos por parte do profissional que acabam tornando a área pouco atraente.

Desta forma, sugerimos:

- oferecer oportunidade ao aluno do curso de Educação Física estagiar com esta população, uma vez que a legislação garante o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais participarem do ensino regular;
- promover, na rede regular de ensino, a oportunidade dos profissionais que lá se encontram, de participarem de estágios e cursos técnicos específicos da Educação Física Especial ou Adaptada;
- criar, na própria universidade, cursos "práticos" de atuação com os portadores de deficiência que mais merecem atenção específica do profissional.

## Referências bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação e Desporto (1994). *Linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: Secretaria de Educação Especial / MEC (SEESP).
- BRASIL, Diário Oficial. *Lei no. 9394/96*. Brasília: Imprensa Nacional, no. 248, dezembro de 1996.
- CARMO, A. A. do. *Educação física: competência técnica e consciência política em busca de um movimento simétrico*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina*. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.
- \_\_\_\_\_. Inclusão escolar e a Educação Física: que momento é este. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. (Org.). *Perspectivas multidisciplinares em Educação Especial II*. Londrina: UEL, 2001. p. 92-5.

- COSTA, M. P. R da A educação inclusiva. In: MARQUESINE, C. (Org.) *Perspectivas multidisciplinares em educação especial*. 1. ed. Londrina: UEL, 1998. v. 1, p. 379-80.
- EDLER CARVALHO, R. Falando da integração da pessoa deficiente. In: *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Memnon, 1997.
- ESCOBAR, M. O. *Natação para portadores de deficiências*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- GOFFREDO, V. L. F. S. et al. A escola como espaço inclusivo. In: *Educação especial: tendências atuais*. Rio de Janeiro: Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, [s.d.]. p. 19-22.
- JUNKKINEN, J. T.; OLIVEIRA, S. C. de; MALTA, S. T. M. *O esporte na vida do deficiente mental*. Rio de Janeiro: Rotary Club do Rio de Janeiro, 1987.
- LAPIERRE, A. *A educação psicomotora na escola maternal: uma experiência com os pequeninos*. Tradução de Lígia Elizabeth Henk. São Paulo: Manole, 1986.
- LE BOULCH, J. *La educación por el movimiento en la edad escolar*. Sup. Enrique C. Romero Rest. Tradução de Suzana Demmer de Greco. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1989.
- MAZOTTA, M. J. S. *Fundamentos da educação especial*. São Paulo: Pioneira, 1982.
- MIRON, E. M. *Avaliação de um programa de iniciação ao voleibol, aplicado em um grupo de deficientes auditivos*. São Carlos, 1995, 124p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos.
- NORONHA, M. H. *O deficiente da audição e a educação especial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- OLIVEIRA, V. M. *O que é Educação Física*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PICQ, L; VAYER, P. *Educacion psicomotriz y retrazo mental*. Barcelona: Científica-Médica, 1977.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994.
- VERARDI, P. H. *Análise da atuação do professor de Educação Física da rede regular de ensino, junto ao aluno portador de deficiência auditiva na cidade de São Carlos*. Campinas, 1993, 22p. Monografia (Especialização em Educação Física Adaptada) – Universidade Estadual de Campinas.